

Pauta inclui ajuste fiscal

Para o Governo, o mais urgente é a votação do ajuste fiscal e os projetos voltados para a abertura da economia, pontos considerados indispensáveis para o fechamento de um acordo com os banqueiros privados credores da dívida externa brasileira. Segundo o líder do Governo no Senado, Marco Maciel (PFL-PE), além dessas matérias, constarão do edital de convocação extraordinária a lei de proteção à propriedade industrial, a de incentivo às exportações etc.

Entre as prioridades do Congresso está a votação do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, além de 26

vetos presidenciais que obstruem a pauta. Também deverá ser apreciada a Lei Delegada, que concede autonomia ao Presidente da República para reajustar os salários dos servidores públicos da União, em atendimento ao projeto de isonomia salarial que tramita na Câmara em regime de urgência.

Na pauta do Senado, a mais extensa de todas, está prevista a votação de diversos projetos aprovados pela Câmara, dentre os quais o que dispõe sobre a concessão de serviços públicos à iniciativa privada, o que cria a Advocacia Geral da União, o que estabelece novas regras para as licitações públicas, o que regulamenta a reforma agrária, além da modernização dos portos.

Algumas lideranças políticas

tentam incluir na pauta a apreciação da emenda constitucional que modifica o número de vereadores nas câmaras municipais, em consequência dos resultados do último censo do IBGE, além dos destaques ao projeto que antecipa o plebiscito para a escolha do novo sistema de governo. A deputada Sandra Cavalcante (PFL-RJ) admitiu que o edital de autoconvocação do Congresso inclui diversas matérias de interesse dos parlamentares, inclusive a emenda de antecipação do plebiscito de 7 de setembro para 21 de abril do próximo ano. Segundo a deputada, a votação dessa matéria é importante diante da possibilidade de adoção do parlamentarismo já, "na medida do aprofundamento da crise política envolvendo o Presidente da República".